

Manifestação para taxar super-ricos transforma-se em ato pela soberania do país



O movimento sindical bancário foi às ruas em diversas cidades do país, nos atos organizados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras entidades que compõem a Frente Brasil Popular e o Povo sem Medo para pedir o fim da escala 6 dias de trabalho 1 de descanso, a taxaço dos super ricos e a isenço do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

“A desigualdade reina em nosso país e nós temos que, cada vez mais, lutar para acabar com essa desigualdade, com a miséria, a fome, os privilégios dos super ricos, com aqueles do mercado financeiro que ganham dinheiro com a exploração do povo brasileiro, que estão mamando nas tetas do orçamento público, que têm mais de R\$ 800 bilhões de isenço e que são contra a isenço do Imposto de Renda pra quem ganha até R\$ 5 mil”, destacou a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT Nacional, Juvandia Moreira, que participou da manifestação que ocorreu na Av. Paulista, na capital de São Paulo.

De última hora um outro tema entrou na pauta de reivindicações: a defesa da soberania do Brasil e do povo brasileiro, diante dos ataques do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após estabelecer uma tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados para aquele país.

Os manifestantes também deram um recado claro à família Bolsonaro, depois da fala do senador Flávio Bolsonaro de que a anistia "ampla, geral e irrestrita", aos investigados pelos atentados de 8 de janeiro, seria passo inicial para negociar com os EUA a retirada de tarifas.

“O Brasil é um país importante e nós temos que defender o Brasil, defender a nossa democracia. Sem anistia, sem perdão para golpista, porque golpista tem que estar na cadeia”, completou Juvandia Moreira, durante seu discurso.

Um estudo da Oxfam Brasil, organização britânica de combate à desigualdade, revela que os pobres pagam, proporcionalmente, três vezes mais impostos que os 0,15% mais ricos da população brasileira (e que concentram R\$ 1,1 trilhão em renda no país).

Desde meados de março, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.087/2025, de autoria do governo federal, para que pessoas com renda mensal de até R\$ 5 mil tenham isenço total e pessoas com renda de até R\$ 7 mil isenço parcial do Imposto de Renda. Caso seja aprovado, estima-se que 10 milhões de brasileiros serão somados à atual faixa de contribuintes isentos do IR. O governo também afirma que o PL ampliará para 90% o percentual de contribuintes isentos e com descontos parciais no IR.